

### BALANÇO FNDC

Fórum articula novas frentes, amplia base e atinge filiação recorde

### GOLPE MIDIÁTICO

# O ataque dos grandes meios à democracia

Manipulação, desigualdade no tempo de fala, notícias falsas e veiculação sistemática de 'vazamentos seletivos': imprensa diversifica instrumentos para derrotar o governo.

O Projeto de Lei da Mídia  
Democrática já pode  
ser assinado pela Internet.

# #Assina

Fortaleça o movimento pela  
democratização da comunicação!

[www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br)



**Lei** da **Mídia Democrática**

## Sem mídia democrática não há democracia

Na última edição da Revista MídiaComDemocracia, já afirmávamos: a democratização da comunicação, por meio da adoção de um novo marco regulatório para o setor, é tarefa urgente. A conjuntura atual do país mostra o quanto essa afirmação é estratégica. Fechamos essa edição da nossa publicação num momento em que a Câmara dos Deputados debate o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O resultado final deste processo ainda é incerto. Mas não há dúvidas de que parte significativa desta crise política foi resultado da ação direta dos grandes conglomerados de comunicação no país.

A matéria de capa desta edição mostra, a partir da pág. 4, exemplos concretos do papel desempenhado pelos veículos, da divulgação seletiva de denúncias à propagação de um discurso único em favor da derrubada do governo. Tudo isso foi central na formação da opinião pública, de maneira muito distorcida, em favor do golpe. E central para que as mobilizações de rua contra Dilma tenham ganhado a adesão de parcela significativa da população – enquanto os contrários ao impeachment foram, como sempre, estigmatizados e invisibilizados.

A conclusão lógica deste processo é que nunca, na história recente do Brasil, a ausência de um sistema midiático democrático ameaçou de maneira tão intensa a nossa democracia. Mudar em definitivo este quadro é tarefa de cada cidadão e cidadã que se importa com o futuro do país. Passada esta crise, independentemente do lado que saia vitorioso, a agenda da democratização das nossas comunicações e de um novo e democrático marco regulatório também precisa ganhar as ruas.

O FNDC e suas entidades filiadas, assim como seus militantes, tem, portanto, uma tarefa histórica. Fortalecido, com mais comitês em funcionamento e mais de 500 organizações filiadas – fruto de um trabalho consistente das últimas gestões (que você confere na matéria da pág.20) –, o Fórum iniciará as comemorações de seus 25 anos de vida reafirmando seu compromisso com a luta pela democratização da comunicação e da democracia no Brasil. Esta é a nossa prioridade.

**Boa leitura!**

## Expediente:

**Coordenação Executiva FNDC 2014-2016:** Rosane Bertotti – Central Única dos Trabalhadores; Renata Mielli – Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Rogério Oliveira – Conselho Federal de Psicologia; Orlando Guilhon – Associação das Rádios Públicas do Brasil; Bia Barbosa – Entrevoces; Beth Costa – Federação Nacional dos Jornalistas; Everaldo Monteiro – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão.

**Comitês Regionais do FNDC:** Comitê pela Democratização da Comunicação de Alagoas; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amapá; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amazonas; Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia; Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira (BA); Comitê pela Democratização da Comunicação do Ceará; Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal; Comitê pela Democratização da Comunicação do Espírito Santo; Comitê

MídiaComDemocracia é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização

da Comunicação.

Editora: Bia Barbosa (MTB 31.762)

Projeto Gráfico e Editoração: MGiora Comunicação



8

REDES SOCIAIS

### Avança o discurso de ódio na internet

Espaço fundamental para o exercício da liberdade de expressão e para a articulação de movimentos, as redes sociais também se transformaram num espaço para a propagação do ódio e da intolerância em nosso país. Conheça algumas iniciativas para denunciar essa prática e proteger os direitos humanos no mundo online.



14

ENTREVISTA

### Cinthya Ottaviano – Defensora do Público na Argentina

Modelo internacional de regulação democrática da mídia, a Lei de Meios argentina sofre um verdadeiro desmonte a partir da eleição de Mauricio Macri no país vizinho. A Defensora do Público, Cinthya Ottaviano, fala dos avanços trazidos pela legislação que mudou a paisagem audiovisual na Argentina e que agora correm sérios riscos.



18

TELECOMUNICAÇÕES

### Reforma da LGT ataca direitos dos usuários

Pressionados pelas operadoras de telefonia, o governo, a Anatel e o Congresso Nacional avançam em propostas que flexibilizam as regras para o setor e atacam os direitos dos usuários. Se aprovadas, mudanças entregarão o patrimônio público para a iniciativa privada e tornarão ainda mais difícil a universalização do acesso à internet, com prejuízo para os mais pobres.



26

ARTIGO

### O Brasil é maior que qualquer monopólio

Em texto especial para a revista MídiaComDemocracia, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva relata as informações inverídicas que os grandes meios vem publicando sobre ele, analisa o histórico da concentração dos meios de comunicação no país e suas consequências para a democracia brasileira. Confira.



Apoio:  FORDFOUNDATION

pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso; Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação de Minas Gerais; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação do Vale dos Sinos (RS); Comitê pela Democratização da Comunicação de Pelotas (RS); Comitê pela Democratização da Comunicação do Pará; Comitê pela Democratização da Comunicação da Paraíba; Comitê pela Democratização da Comunicação do Paraná; Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco; Comitê pela Democratização da Comunicação do Piauí; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro; Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina; Comunicação de São Paulo; Comitê pela Democratização da Comunicação de Bauru (SP); Comitê pela Democratização da Comunicação de Osasco e Região Metropolitana Oeste (SP); Comitê pela Democratização da Comunicação de Sergipe.

Ilustrações: Elizângela Araújo

Gráfica: Mar Mar Gráfica e Editora Ltda - Tiragem: 2.000 exemplares

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição das entidades sócias do FNDC. É livre a reprodução dos conteúdos, desde que citada a fonte.

# O ataque dos grandes meios à democracia brasileira

Manipulação, desigualdade no tempo de fala, notícias falsas e veiculação sistemática de ‘vazamentos seletivos’: imprensa diversifica instrumentos para derrotar o governo

Por Najla Passos

No dia 13 de março, milhões de brasileiros saíram às ruas do país para pedir o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Eles eram majoritariamente brancos, ricos e com alta escolaridade, conforme demonstrou a pesquisa Datafolha. Vestiam a camisa verde-amarela da CBF e tinham como principal herói o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato.

A mídia, desde as primeiras horas da manhã, se colocou como agente dos eventos. Em 12 horas ininterruptas de cobertura, a TV Globo exibiu imagens aéreas de avenidas lotadas, de multidões cantando o hino nacional e de famílias inteiras marchando felizes de verde-amarelo. A capa do *Jornal O Globo* do dia 14 assim diagnosticou o sujeito daquele evento: “Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro”.

No dia 18 de março, outros milhões de brasileiros e brasileiras ganharam as ruas, mas contra o golpe e a favor da democracia. Quem compareceu aos protestos percebeu uma diversidade grande: além do vermelho da esquerda, tinha também o verde-amarelo dos nacionalistas e o branco dos apertadários. Brancos, negros, sem-terra, intelectuais, estudantes, artistas e trabalhadores domésticos, dentre outros, marcaram presença.

O complexo midiático, porém, reduziu a reivindicação à defesa do governo Dilma e do ex-Presidente Lula, posição que não representava a do conjunto de manifestantes. Seus porta-vozes ressaltaram com insistência que a adesão era menor do que a do domingo anterior. As imagens exibidas mostravam planos muito abertos, que davam a impressão de que os atos estavam esvaziados, ou muito fechados, que limitavam o número de presentes.

Nada de cobertura ao vivo ou chamadas para incentivar a adesão. O *Jornal Nacional* (JN) tratou do evento em uma matéria de sete minutos, contraposta por outros 17 de acusações contra Lula, Dilma e o PT. A título de comparação, até mesmo o nascimento da Sasha, filha da apresentadora Xuxa, em 1998, mereceu mais atenção do maior telejornal brasileiro: foram 9 minutos e 30 segundos. O *Jornal da Globo*, naquele mesmo dia, dedicou um único minuto aos atos. No dia seguinte, a capa do mesmo *O Globo* definiu assim o sujeito daqueles atos: “Aliados de Lula e Dilma fazem manifestações em todos os estados”.

## Democracia lesada

A discrepância no espaço dedicado pela mídia a uns e outros atores sociais é apenas um componente da seletividade

da cobertura da crise política. Para a cientista social Esther Solano, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), as estratégias são várias e envolvem também manipulações, notícias falsas e a veiculação sistemática dos ‘vazamentos seletivos’ de informações sigilosas, que favorecem um grupo em detrimento do outro.

“O comportamento parcial e golpista da mídia brasileira tem sido fundamental para o acirramento da crise política. E, quando isso acontece, a democracia é lesada. Porque a imprensa e a informação de qualidade - plural, objetiva e consequente politicamente - são bases fundamentais da democracia”, esclarece.

Professor de Ciência Política na FGV/SP, Francisco Fonseca concorda. Segundo ele, a atuação da mídia cartelizada é parte fundamental na construção da profunda crise política que o Brasil atravessa, agravada por outros vários fatores, como a crise econômica, a falência do modelo de conciliação de classes adotado pelos governos petistas e a partidarização das instituições, incluindo aí o Judiciário e o Ministério Público.

“Esta crise é multifacetada, tem vários aspectos, mas é também uma crise midiática, porque quem lê a

grande mídia, quem vê os grandes telejornais, não tem ideia do que o está acontecendo no Brasil. Jamais haverá democracia no Brasil sem a regulação da mídia”, ressalta, afirmando a importância da diversidade de vozes na imprensa.

### **Golpistas ou alienados?**

Esther Solano tem comparecido a todos os protestos que vem sendo realizados em São Paulo, desde junho de 2013, para traçar o perfil dos manifestantes. Na primeira marcha contra o impeachment, ainda em 2015, coordenou uma grande pesquisa sobre o tema, que contou também com a participação da USP. O resultado, segundo ela, escancarou o papel fundamental da mídia para promover a desinformação da classe média conservadora, que vem se tornando um ator político influente no país.

Conforme a pesquisadora, surpreendeu positivamente o fato de 60% dos entrevistados terem dito que não confiam na imprensa. “Isso comprova o tamanho do descrédito da mídia no país”, avalia. Por outro lado, dos manifestantes que confiam, a maior parte busca informações nos meios mais conservadores possíveis: a revista *Veja* ocupa o primeiro lugar, seguida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Dentre os jornalistas formadores de opinião, foram apontados como os mais críveis Raquel Sheherazade e Reinaldo Azevedo.

A pesquisa aferiu, por exemplo, que 85% dos manifestantes concordavam com a afirmação martelada pela mídia de que os desvios da Petrobrás são o maior escândalo de corrupção do país. Grande parcela dos entrevistados identificou como corretas informações comprovadamente falsas, como a de que Lulinha, o filho do Lula, é o dono da Friboi (71%);



que o PT quer implantar um regime comunista no Brasil (64%); ou ainda que o PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma nas últimas eleições (42%).

Para Esther, os dados indicam que é preciso considerar também o papel das redes sociais na amplificação das manchetes fabricadas pela mídia. Apesar de a Internet ter se transformado numa trincheira fundamental para desconstruir as afirmações dos grandes meios e difundir fontes alternativas de informação, numa clara resistência ao golpe, “a pessoa vê uma notícia no Facebook, consome de forma acelerada e repercute antes mesmo de refletir sobre ela, saber se é real, se não é um boato, se tem de fato um conteúdo informativo. É como se fosse uma psicose coletiva: compartilha-se de tudo sem saber se é verdade ou não. E abre-se uma porta perigosa para boatos e informações inverídicas. A qualidade informativa, pela forma com que nos informamos, também está menor”, alerta.

### **A dialética da manipulação**

Francisco Fonseca lembra que a mídia cartelizada brasileira

sempre buscou manipular a opinião pública em função de seus interesses de classe, como quando tentou omitir a existência da Campanha pelas Diretas Já ou quando editou de forma tendenciosa o debate Lula/Collor em 1989. Entretanto, ele sustenta que, em outros momentos da história recente do país, como nas eleições dos governos populares, a contraposição dos setores organizados da sociedade civil impediu o sucesso da operação.

“Há uma dialética entre a manipulação da mídia, que no Brasil é muito vigorosa, e uma sociedade que também é mobilizada, que tem outros canais de articulação, como os conselhos gestores, os sindicatos, os movimentos sociais. Esse pessoal não precisa se informar pela mídia”, explica.

O problema, segundo ele, é que a conjuntura atual engloba diversos outros fatores que fazem com que a balança penda a favor da narrativa midiática. Um dos mais importantes deles é a Operação Lava Jato. “Até a Lava Jato, sempre havia denúncias contra o PT e seus políticos, mas elas entravam numa espécie de desacreditação geral. Ou seja, ou o cidadão achava que não era verdade ou alegava que todo mundo fazia aquilo. Foi o caso,



por exemplo, do ‘mensalão’: mesmo com ele, a Dilma ainda se elegeu. Agora, porém, falar de corrupção, que era quase um lugar comum, se transformou em algo especial. E as pessoas decidiram prestar maior atenção”, aponta.

Extremamente crítico à operação conduzida por Moro, o professor a classifica como anti-institucional, inconstitucional, de alto grau de seletividade e arbitrariedade. Ele lembra que, enquanto o marqueteiro João Santana, responsável por campanhas presidenciais petistas, foi preso por conta de um bilhete da mulher, a ex-apresentadora da TV Globo, Cláudia Cruz, continua solta, apesar de não conseguir comprovar a origem dos R\$ 5 milhões encontrados em contas não declaradas que ela mantém na Suíça com o marido - o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

“São fartos os exemplos de que a Lava Jato, apesar do propósito republicano de combater a corrupção, presta um desserviço ao Brasil, além de intensificar o ambiente de intolerância nas arenas públicas e privadas”, resume. Para ele, é preocupante que, quando o Brasil mais precisa de suas instituições democráticas, elas se partidarizam e se tornam facciosas. “O que é o Gilmar Mendes

além de um militante dentro do Supremo? E a PF, que parece cada vez mais um instrumento de partido de oposição?”, questiona.

#### ‘Janela de oportunidade’ para meios tradicionais

Fonseca avalia que a associação entre a Lava Jato, as instituições que a ela se submetem e a mídia brasileira não poderia ser mais clara. “Há articulação entre Sergio Moro, setores do STF, da PF e do Ministério Público com a mídia, não apenas para vazamentos seletivos, mas para favorecer os atores políticos que os representam. Assim que surgiu o escândalo da ex-amante do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com potencial bombástico, prenderam o João Santana. E não se falou mais de Fernando Henrique”, exemplifica.

Exemplo mais recente é a diferença do tratamento dado ao grampo de uma conversa telefônica entre Dilma e Lula, em contraposição ao desprendido à “Lista da Odebrecht”. O grampo, considerado ilegal pela quase unanimidade dos juristas brasileiros, foi liberado pelo juiz Sérgio Moro com a justificativa de atender ao interesse público e se tornou manchete do *JN*. Já a

suposta relação de propinas pagas a 200 políticos de 18 partidos foi colocada sob sigilo pelo mesmo magistrado e não teve seu conteúdo mencionado no telejornal. Os brasileiros que assistiram à TV Globo não sabem, por exemplo, que os tucanos Aécio Neves e José Serra constam na lista, enquanto os petistas Dilma e Lula, não.

O professor sustenta que esse tipo de manipulação ocorre porque a mídia, descompromissada com qualquer postura ética ou republicana, encontrou na Lava Jato aquilo que muitos autores chamam de uma ‘janela de oportunidade’. “Ninguém acreditava mais na revista *Veja*, a TV Globo não parava de perder telespectadores, as tiragens dos impressos caíam aceleradamente. Mas, de repente, todos esses veículos ganharam sobrevida para lutar por seus interesses de classe”, ressalta.

Segundo ele, ao se associar à Lava Jato, a mídia ganha mais do que o público que ela mesma ajuda a manipular, mas também a leniência cega da Justiça com suas práticas arbitrárias. “Todos os governos pós-redemocratização compactuaram, deram bilhões para esta mídia golpista. O BNDES financiou a Rede Globo. A publicidade oficial sustentou o fracasso editorial da *Veja*. Além disso, no Brasil, os meios



de comunicação estão acima da lei, acima da Constituição, do bem e do mal. Eles fazem o que querem com o dinheiro público. E ninguém investiga”, Francisco Fonseca.

### O preço da submissão e a tarefa no horizonte

A professora da Unifesp avalia que a crise política brasileira é dramática, se comparada com a de outros países da América Latina, justamente porque os governos petistas, ao contrário de alguns vizinhos, não tiveram coragem de enfrentar o cartel midiático. “Não tenho dúvida nenhuma de que o PT está pagando com essa crise política o preço de não ter atacado a regulação das comunicações nesses anos todos de governo. Se Lula tivesse feito isso quando realmente tinha popularidade alta e base de apoio no Congresso, a situação poderia ser bem diferente”, afirma.

Para ela, o cenário atual é de crise profunda, o que não propicia espaço para que o governo atue para fazer avançar, agora, a agenda de regulação dos meios. “Hoje não existe clima político para se fazer este debate no país. Não existe clima político para mais nada. Após a deflagração da Lava

Jato, o governo está simplesmente tentando sobreviver, o que a mídia cuida de deixar cada vez mais difícil”, analisa.

Fonseca defende que, justamente por isso, a agenda deve estar no horizonte de luta dos ativistas progressistas e movimentos sociais. “O que segura a democracia brasileira hoje são essas novas articulações de movimentos sociais que estão surgindo, as organizações de juízes e procuradores mais progressistas, a imprensa alternativa, os artistas e personagens que emprestam sua imagem à luta contra os retrocessos, os militantes individuais que usam as redes sociais para se contrapor a esse modelo de mídia cartelizada”, afirma.

Exemplos são movimentos articulados em defesa da democracia, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, que tem protagonizado atos contra o golpismo da mídia nas principais capitais do país. Em Brasília, só no último mês, os manifestantes já realizaram dois protestos em frente à sede da TV Globo que, embora pacíficos, foram reprimidos com uso abusivo da força. Protestos semelhantes ocorreram também no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e Belém.

Para o professor da FGV, este é um momento de resistência, mas é fundamental que agendas como a da consolidação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática sigam firmes na pauta progressista. “Há que se tentar resistir para não retroagir direitos, não ter impeachment, não ter a cassação do registro do PT. A agenda da regulação, infelizmente, deverá ficar postergada mais um tempo. Mas os movimentos sociais e a imprensa alternativa não podem deixar que ela saia do horizonte. A conjuntura é fluída e as coisas podem mudar a qualquer momento”, avalia.

Fonseca exemplifica a única decisão possível de ser tomada neste momento em prol da democratização da mídia e que só depende do Executivo: o corte de toda a publicidade oficial para os veículos associados ao golpe e ao enfraquecimento da democracia. “Há uma crise do negócio meio de comunicação e o governo tem como simplesmente deixá-los minguar. É uma decisão que ele pode tomar hoje, se quiser. Não depende do Parlamento. É uma briga que não se comprou quanto tinha popularidade e poder. Quem sabe agora, na lona, não seja o momento de o governo fazer isso?”, sugere.

# O ódio propagado em tempo real e escala global

Crescem os discursos machistas, racistas, homofóbicos e de preconceito de classe na Internet no Brasil. O que fazer?

Por Conceição Oliveira

Nunca antes na história do planeta a possibilidade de bilhões de pessoas se comunicarem em tempo real foi tão ampla. A internet diminuiu fronteiras, possibilitando maior interatividade entre pessoas, trocas de informação em escala global, acesso a dados, estudos e pesquisas e a formação de redes para inúmeras ações positivas.

Há, porém, quem se aproveite dessa imensa potencialidade para difundir ódio e cometer crimes

pela internet. Os mais comuns são calúnia, injúria e difamação e crimes contra os direitos humanos. Racismo e injúria racial dominam as denúncias. O problema se torna mais sério quando os discursos resultam em manifestações de ódio e ataques coordenados, que contam cada vez mais com a participação de jovens que buscam fama nas redes sociais.

Para Aton Fon, advogado especialista em direitos humanos,

é preciso diferenciar a liberdade de expressão do discurso de ódio, que incita a violência de fato. “Não é crime em si quando se externa uma opinião de que não se gosta de determinado grupo social: *não gosto de judeus, ódio evangélicos*. Isso é exteriorização de um sentimento, mas não é incitação ao ódio. Diferente disso, haverá crime quando se disser: *nordestinos, fora daqui!*”.

Os alvos favoritos desta parcela autoritária de nossa sociedade, como sabemos, são grupos sociais cujos direitos foram negados ao longo da história: população negra, LGBT, feministas, defensores de direitos humanos e movimentos sociais como o MST. Partidos políticos identificados como de esquerda e suas principais lideranças também estão na mira do conservadorismo raivoso. Neste rol, o PT e Lula são os mais atacados. Páginas no Facebook pedem a morte do ex-presidente, estimulando ataques reais como o atentado à bomba no Instituto Lula, em 2015.

O fenômeno não é recente. Desde as eleições presidenciais de 2010, o discurso reacionário, existente na sociedade, passou a dominar também as redes sociais. Na campanha de 2014, o machismo foi sentido em todo o seu vigor contra duas candidatas competitivas: Marina Silva e Dilma Rousseff. Ao chegar ao segundo turno e ser



reeleita, Dilma passou a ser o foco de ataques machistas e misóginos. Seus eleitores nordestinos foram vítimas de inúmeros atos de preconceito por parte de eleitores do sul e sudeste.

Associado ao mau jornalismo praticado pela imprensa tradicional, as redes que disseminam ódio pela internet podem resultar em casos seríssimos. Recentemente, o jornalista Leonardo Sakamoto teve o rosto estampado em um jornal de Minas Gerais com aspas de uma entrevista que nunca concedeu, na qual teria afirmado que “os aposentados são inúteis”. Quando o jornal mineiro reconheceu que a notícia era falsa, a mentira já circulava em velocidade estonteante pelas redes, e Sakamoto foi ameaçado de morte.

A jornalista Maju foi outra vítima de ataques racistas, assim com a cantora Ludmilla, alvo de comentários racistas pela RedeTV, que ganharam a rede, no carnaval deste ano. Há muitos anos, a professora e feminista Lola Aronovich, do blog *Escreva Lola Escreva*, recebe ameaças de morte pela Internet. Jean Wyllys, ativista LGBT e o único deputado federal homossexual declarado do Congresso, é o alvo preferencial de ataques homofóbicos. São inúmeras e incontáveis vítimas das redes que não apenas reproduzem os preconceitos existentes na sociedade brasileira, mas o fazem em tempo real e escala global.

### O que pode ser feito

Nas redes sociais e fora delas há milhares de páginas e perfis neonazistas, racistas, homofóbicos e machistas. Como reagir a tanta violência?

Preocupado com o ataque aos direitos humanos na Internet, o governo federal criou o Humaniza Redes, programa que envolve diferentes ministérios, institutos



de pesquisa e empresas privadas para combater o discurso de ódio no mundo online. A ação foi rapidamente atacada pelos adeptos da violência nas redes, a ponto do apresentador Danilo Gentili criar a campanha “Desumaniza Redes”, para desmoralizar a iniciativa. Mas ela tem dado resultados positivos.

Há dez anos, o Instituto Safernet, parceiro do Humaniza Redes, atua no combate de violações e na prevenção para uma internet mais segura. Entre 2006 e 2014, o instituto recebeu 3,6 milhões de denúncias de páginas criminosas na rede e conseguiu, junto ao Ministério Público e à Polícia Federal, eliminar muitas delas. Agora, a Safernet começou um trabalho também para evitar o *ciberbullying*.

“Em ambientes digitais, detectar e romper a disseminação é o maior desafio. A vítima, quando é criança e adolescente, silencia e teme falar sobre a situação. Mas, diferente dos ambientes *offline*, na Internet o conteúdo se dissemina e viraliza rapidamente e o alvo fica exposto à violência independente

de onde esteja, há uma sistemática revitimização. Por isso é importante não responder, bloquear o contato, gravar todo o conteúdo e reportar o caso”, explica Juliana Cunha, coordenadora psicossocial da Safernet.

Em resposta à Lei Nº 13.185/15, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), o Facebook também criou uma central de prevenção no Brasil voltada para atender adolescentes, pais e educadores.

Para Aton Fon, os esforços para combater a onda de ódio que invadiu as redes nos últimos anos não podem se restringir ao âmbito jurídico. “O direito existe para garantir a dominação de classe e deixar desprotegidos aqueles que queiram disputar o direito dessa classe. Esse confronto não se resolve, portanto, no espaço jurídico, mas também no político”, alerta o advogado.

#### Para saber mais:

[www.humanizaredes.gov.br/](http://www.humanizaredes.gov.br/)

<http://new.netica.org.br/educadores>

[www.canaldeajuda.org.br](http://www.canaldeajuda.org.br)

# ***Direito de resposta combate monopólio da informação***

Sancionada em novembro de 2015, nova lei já é alvo de ações de inconstitucionalidade movidas pelos grandes meios no STF. Tarefa do movimento é defendê-la.

*Por Luiz Carvalho*

A não-regulamentação dos artigos do capítulo V da Constituição Federal impede que normas capazes de garantir a democratização da comunicação, como restrições à propriedade cruzada e a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de rádio e TV, se tornem realidade. O mesmo ocorria com o direito de resposta, previsto na Constituição e tornado inócuo quando da derrubada integral da Lei da Imprensa em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, para a maioria dos magistrados, a Carta Magna e os códigos Penal e Civil já seriam suficientes para garantir a réplica, caso alguém se sentisse ofendido

ou quisesse corrigir erros de informação em uma matéria.

A decisão do STF resultou num longo período de ações judiciais contra os veículos, sem resultado efetivo para a garantia do contraditório nos grandes meios de comunicação. Tal realidade começa a mudar, com a aprovação da lei do direito de resposta, proposta pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovada no Congresso e sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em novembro de 2015. Já em vigor, o texto estipula prazos e condições para resposta e punição aos veículos que desrespeitarem tais determinações (veja quadro) e

é considerado uma conquista para aqueles que defendem uma mínima diversidade de opiniões nos grandes meios e a responsabilidade dos veículos por aquilo que publicam.

Não à toa, os empresários da comunicação se posicionaram contrários à lei. A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Rádios e Emissoras de Televisão (ABERT) criticaram o que chamam de prazos exíguos para defesa dos veículos e já questionam a medida com ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo. Até o momento, conseguiram, no STF, uma liminar do ministro Dias Toffoli, em dezembro de 2015, suspendendo, na lei, a obrigatoriedade da decisão colegiada para revisar a decisão monocrática de um juiz sobre o direito de resposta solicitado.

Advogado e professor de Direito Administrativo, Tarso Cabral Violin lembra que, em outros âmbitos, como a Justiça Eleitoral, há processos em que o prazo de defesa também é de um dia. Para ele, o risco não é a constitucionalidade da norma, mas o momento de pressão que o Judiciário enfrenta.

“Vivemos num cenário perigoso para a democracia, com a judicialização da política e a



Crédito: Fabio Rodrigues Pozzebom, Agência Brasil

Daniel Slaviero: empresas querem derrubar direito

politização do Judiciário, que está acuado pela opinião pública e não atua de maneira independente. Há riscos de o STF tomar uma decisão equivocada, como tem feito, e considerar o direito de resposta inconstitucional por conta do *lobby* e da pressão dos grandes veículos de comunicação. E também do Congresso, que tem medo da imprensa”, avalia.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) também se manifestou contra a lei do direito de resposta, declarando que os principais afetados serão os blogueiros e pequenos veículos que, sem estrutura jurídica organizada, terão de acatar o que decidir o primeiro juiz a avaliar o caso.

Blogueiro e jornalista com passagens pela Globo, SBT e Record, Luiz Carlos Azenha discorda do argumento da Abraji. Ele acredita que a mídia digital não sofrerá com a nova lei porque já garante o contraditório como prática.

“Damos o direito de resposta automático. Se alguém nos escreve contestando a informação que publicamos, eu coloco no ar. É um direito de quem se acha prejudicado. Não vou botar advogado para lutar contra quem quer apresentar outra versão. Se estiver mentindo, isso ficará explícito. O que estão tentando fazer é nos usar para se livrar do direito de resposta”, acredita.

Para Azenha, a lei ataca justamente aquilo que o blogueiro define como “recurso da chantagem”, utilizado por meios que lucram com o monopólio das comunicações no Brasil. “Quando você garante o direito de resposta, o poder de extorquir que muitos jornais

### Entenda a Lei do direito de resposta

De acordo com a lei 13.188/15, a retratação por ofensa ou erro de informação pode ser solicitada diretamente ao veículo em até 60 dias, a partir da divulgação da reportagem. Se o direito não for concedido em até sete dias após o pedido, o ofendido poderá recorrer à Justiça. O juiz, por sua vez, terá 24 horas para acionar o veículo e sua decisão deverá ser divulgada em 30 dias.

Em caso de injúria, se não houver manifestação do veículo e se o juiz entender que há provas suficientes no pedido, ele pode determinar o direito de resposta, que deverá ser publicado ou exibido em até 10 dias, sob pena de multa diária.

No caso dos impressos, conforme a Constituição determina, a resposta deve ter o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da matéria que originou o processo. Já nas situações que envolverem rádio e TV, a réplica ou ratificação deve sair nos mesmos dias da semana, horários e com o mesmo alcance do agravo.

e empresas usam manipulando a informação se perde. Criar dificuldades para o direito de resposta significa manter o monopólio da informação na mão de poucos”, acrescenta.

Jornalista, sociólogo e professor de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima acredita que é tarefa do movimento explicitar para a sociedade o papel que os meios de comunicação exercem no país: “O direito à comunicação é algo muito distante do dia-a-dia das pessoas. É preciso que elas entendam que não estão

representadas pelas informações que recebem diariamente”. Para a coordenadora geral do FNDC e ex-secretária de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, o principal desafio do momento é dar respaldo para que a lei não seja derrubada. “Temos promovido debates para que a sociedade compreenda a importância do direito de resposta para a democracia brasileira, como base para a liberdade de expressão e para o direito à informação. É nosso papel político informar a população sobre a importância de lutar por esse direito”, explica.

Luiz Carlos Azenha:  
lei é importante  
para blogueiros

Crédito: Brasil 247



# ***MPF e entidades articulam ações judiciais contra políticos***

A partir de representação de organizações da sociedade civil, procuradores federais estão movendo ações contra deputados federais e senadores sócios de emissoras de rádio e TV

*Por Paulo Victor Melo*

*“Senador, o microfone é todo seu”.  
“Não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”.  
(Senador Atilio Fontana, em entrevista à Rádio Rural - Concórdia/SC).*

Era início da década de 1980 e a propriedade e o consequente uso eleitoral de concessões de rádio e TV por políticos já eram realidade no Brasil. À época, o Jornal do Brasil chegou a denunciar pelo menos 104 emissoras, em 16 estados, utilizadas para favorecimento de seus proprietários.

O fenômeno atravessou a história brasileira. Seja durante a ditadura militar, seja no processo de redemocratização ou nos dias atuais, a realidade expressa na resposta de Atilio Fontana permanece em todos os cantos do país.

Mas, em novembro de 2015, um novo capítulo da resistência a essa prática foi iniciado. Articuladas no Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (FINDAC), entidades da sociedade civil - entre elas o FNDC - protocolaram no Ministério Público Federal (MPF) representação contra 33 deputados federais e oito senadores que violam a Constituição e ferem nossa democracia ao serem concessionários de rádio e TV. Entre eles, estão os senadores Aécio Neves e Agripino Maia e os deputados Elcione Barbalho e Eduardo Cunha, sócio de uma emissora em Pernambuco.

A denúncia, que pede o cancelamento das concessões, permissões e autorizações das emissoras vinculadas a esses parlamentares, é baseada no artigo 54 da Constituição Federal, que expressamente proíbe políticos com cargos eletivos de serem sócios ou firmarem contratos com quaisquer empresas concessionárias de serviço público, como é o caso do rádio e da televisão. As entidades criticam também a histórica falta de fiscalização pelo Estado e solicitam a responsabilização do Ministério das Comunicações pela omissão na coibição da prática.

O procurador Pedro Machado, do Ministério Público Federal em São Paulo, entende que a solicitação das entidades é legítima e que o impedimento previsto na Constituição se estende inclusive para empresas nas quais os parlamentares figurem apenas como sócios-cotistas. Para ele, além do impedimento legal, a participação de parlamentares em sociedade de rádios e TVs interfere diretamente na qualidade do ambiente democrático.

“Vivemos num Estado Democrático de Direito que adota o sistema republicano. Em razão disso, o interesse público deve

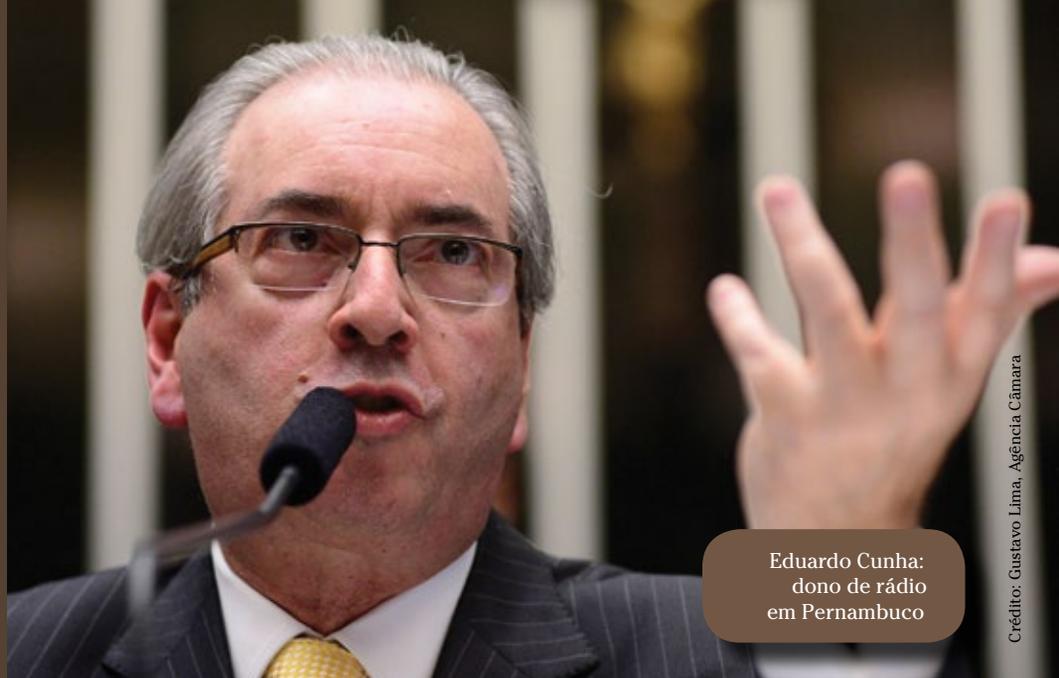
sempre imperar ou preponderar sobre o interesse privado. Dentre os princípios estruturantes desse formato de Estado estão o da impessoalidade, moralidade e isonomia. Assim, sob a perspectiva desses postulados, é absolutamente incompatível com o interesse público que parlamentares a quem a Constituição outorga a prerrogativa de deliberar sobre a não renovação da concessão ou permissão, assim como sobre o ato de outorga ou de renovação de concessões, possam ser usufrutuários da exploração desse serviço. Na visão do MPF em São Paulo, há um evidente conflito de interesses que não se harmoniza com os princípios citados, com os valores adotados pela Constituição da República”, afirma.

O advogado Bráulio Araújo, integrante do Intervozes, uma das entidades signatárias da representação, concorda com o Procurador do MPF ao destacar que tal prática gera uma série de conflitos de interesses. “Estamos falando de um serviço público extremamente relevante e influente sobre a opinião pública. Além de serem responsáveis pela aprovação e renovação das outorgas e pela legislação do serviço, o conflito de interesses pode se manifestar de diversas formas. Políticos podem

usar emissoras para privilegiar eles próprios ou aliados em momentos de eleição ou ao longo do mandato, podem se valer das emissoras para mobilizar opiniões favoráveis a projetos de sua autoria ou podem utilizar espaços da programação contra políticos, pessoas ou entidades contrárias às suas posições. Temos exemplos concretos de que todos esses conflitos já aconteceram na história brasileira”, frisou Araújo.

Ele acredita que o controle de emissoras por congressistas “submete a imprensa e a produção cultural ao controle direto e pessoal dos que exercem o poder estatal, gera uma relação clientelista entre políticos proprietários de emissoras afiliadas e grandes redes de radiodifusão e sustenta a influência dos políticos controladores de veículos de radiodifusão sobre os eleitores”.

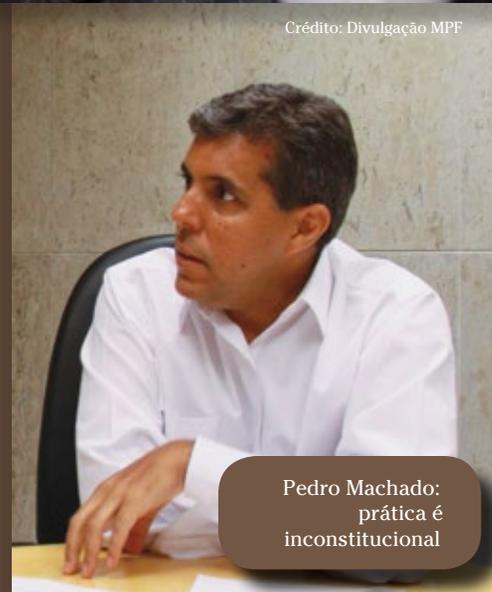
A partir da provocação das entidades, o Ministério Público Federal em São Paulo encaminhou a representação às Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão do MPF de cada um dos estados



Eduardo Cunha:  
dono de rádio  
em Pernambuco

Crédito: Gustavo Lima, Agência Câmara

em que foi identificada a presença de deputados federais e senadores donos de emissoras. Em São Paulo, já ingressou com ação judicial conta três deputados federais. Em Pernambuco, Eduardo Cunha está sendo processado pela rádio que possui no estado. Os demais estão se organizando para seguir o mesmo exemplo. “Esperamos, com tranquilidade, que o Judiciário decida o tema e, caso não acolha a nossa tese, vamos propor os recursos cabíveis até o limite do que prevê a legislação processual”, ressaltou o procurador Pedro Machado.



Pedro Machado:  
prática é  
inconstitucional

Crédito: Divulgação MPF

## DEPUTADOS FEDERAIS

- Adalberto Cavalcanti Rodrigues, *PTB-PE*
- Afonso Antunes da Motta, *PDTRS*
- Aníbal Ferreira Gomes, *PMDB-CE*
- Antônio Carlos Martins de Bulhões, *PRB-SP*
- Átila Freitas Lira, *PSB-PI*
- Bonifácio José Tamm de Andrada, *PSDB-MG*
- Carlos Victor Guterres Mendes, *PMB-MA*
- César Hanna Halum, *PRB-TO*
- Damião Feliciano da Silva, *PDT-PB*
- Dâmina de Carvalho Pereira, *PMN-MG*
- Domingos Gomes de Aguiar Neto, *PMB-CE*
- Eduardo Cunha, *PMDB-RJ*
- Elcione Therezinha Zahluth Barbalho, *PMDB-PA*
- Fábio Salustino Mesquita de Faria, *PSD-RN*
- Felipe Catalão Maia, *DEM-RN*
- Felix de Almeida Mendonça Júnior, *PDT-BA*
- Jaime Martins Filho, *PSD-MG*
- João Henrique Holanda Caldas, *PSB-AL*
- João Rodrigues, *PSD-SC*
- Jorginho dos Santos Mello, *PR-SC*
- José Alves Rocha, *PR-BA*

- José Nunes Soares, *PSD-BA*
- José Sarney Filho, *PV-MA*
- Júlio César de Carvalho Lima, *PSD-PI*
- Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, *PMDB-SP*
- Luiz Gionilson Pinheiro Borges, *PMDB-AP*
- Luiz Gonzaga Patriota, *PSB-PE*
- Magda Mofatto Hon, *PR-GO*
- Paulo Roberto Gomes Mansur, *PRB-SP*
- Ricardo José Magalhães Barros, *PP-PR*
- Rodrigo Batista de Castro, *PSDB-MG*
- Rubens Bueno, *PPS-PR*
- Soraya Alencar dos Santos, *PMDB-RJ*

## SENADORES

- Acir Marcos Gurgacz, *PDTR-RO*
- Aécio Neves da Cunha, *PSDB-MG*
- Edison Lobão, *PMDB-MA*
- Fernando Affonso Collor de Mello, *PTB-AL*
- Jader Fontenelle Barbalho, *PMDB-PA*
- José Agripino Maia, *DEM-RN*
- Roberto Coelho Rocha, *PSB-MA*
- Tasso Ribeiro Jereissati, *PSDB-CE*

# “Ataques à Lei de Meios terão consequências em toda a região”

Defensora do Público na Argentina, Cynthia Ottaviano critica o desmonte da lei promovido pelo governo Macri e pede apoio aos países vizinhos para evitar este retrocesso.

Por Pedro Ekman

A Lei 26.522/09 de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como a Lei de Meios argentina, tirou do papel os 21 pontos para uma comunicação democrática elaborados pela sociedade civil daquele país. Gestada pelo Poder Executivo, aprovada com maioria contundente em 2009 pelo Congresso Nacional e legitimada pela Suprema Corte de Justiça, após três anos de batalhas judiciais impostas pelo Grupo Clarín, a Lei de Meios sofre agora ataques brutais do governo Macri.

Nesta entrevista à revista MídiaComDemocracia, a Defensora do Público na Argentina, Cynthia Ottaviano, fala das transformações trazidas pela lei ao cenário midiático e aponta os riscos recentes às conquistas que promoveram diversidade e pluralidade de vozes no país.

**MídiaComDemocracia -**  
Que mudanças significativas  
aconteceram na Argentina  
após a adoção da Lei de Meios?

**Cynthia Ottaviano** - Houve uma mudança total, paradigmática. Antes da lei, a comunicação era considerada um mero negócio, do qual só podia participar quem tinha dinheiro. O poder estava concentrado em um punhado de famílias, a partir de regras

feitas por uma ditadura genocida. Com a recuperação democrática, durante décadas se seguiu com essa perspectiva, produto do *lobby* do empresariado. A luta por uma comunicação democrática, por um paradigma na perspectiva dos direitos humanos, consagrou que a informação não é uma mercadoria, que toda comunicação é pública e que, por isso, sua gestão privada não deve se basear somente em

fins lucrativos. A lei consagrou que a comunicação também é estatal, universitária, dos povos originários, destinou 33% do espectro à comunicação comunitária e reconheceu que não existe apenas um público consumidor, mas sim sujeitos de direito. Surgiram rádios e canais escolares, populares, camponeses, de povos originários e a disputa pela produção de sentidos



Protestos em Buenos Aires:  
população nas ruas  
em defesa da lei

Crédito: Andre Pasti

ganhou novas vozes, enriquecendo a democracia.

**MCC - Qual foi o seu papel como Defensora do Público neste processo?**

**CO** - Tive a missão de fundar a primeira Defensoria do Público da Argentina, prevista na lei. Construir uma equipe de trabalho interdisciplinar, converter as defensorias em defensorias do território e não de escritório, ir até o público e não esperar que viessem até mim. Tínhamos que difundir o direito humano à comunicação, por que ninguém reivindica um direito que não conhece, e trabalhar em parceria com comunicadores e comunicadoras, mas também com docentes e funcionários públicos de todo o país. Promovemos espaços de capacitação com o movimento camponês e com os povos originários para uma nova cidadania comunicacional.

**MCC - Em seus primeiros dias, o governo Macri adotou medidas contrárias à Lei de Meios, demonstrando a importância do tema na disputa política do país. O que pretende o novo governo com tais medidas?**

**CO** - Essas medidas desmontam o quadro institucional criado pela lei, deixam os órgãos colegiados de aplicação da lei sem representação universitária, sindical, cultural e social, e criam uma nova Autoridade de aplicação da lei, dependente do Presidente, o que é um enorme retrocesso. Elas também desmantelam regulações fundamentais para evitar a concentração e a formação de monopólios e oligopólios de meios audiovisuais. Por exemplo, o novo governo excluiu o serviço de TV a cabo da regulamentação da lei, deixando de o considerar como serviço de comunicação audiovisual para defini-lo como um serviço de telecomunicação - eliminando, assim, direitos do público neste setor. A exclusão do serviços de



Cynthia Ottaviano: informação não é mercadoria

TV a cabo é muito grave, uma vez que abre espaço para que apenas uma única empresa licenciada seja prestadora do serviço em todo país. Com isso, se permite o monopólio sem qualquer orientação sobre a grade de programação, uma vez que o decreto também derruba as regras de *must carry* [que determinam que as operadoras de cabo também ofereçam os canais públicos em seus pacotes]. Estas modificações foram rejeitadas por mais de cem representações, de diversas organizações da sociedade civil, entregues à Defensoria do Público. Isso não vai nos levar ao século passado, mas diretamente ao anterior, por considerar a comunicação meramente como propriedade privada.

**MCC - A Lei de Meios é uma referência para América Latina. Você acredita que as mudanças na Argentina podem influenciar no contexto sul-americano?**

**CO** - A lei argentina foi considerada de vanguarda na América Latina. Sabemos que os olhos do continente se voltaram para a construção coletiva que a lei teve, assim como sua sanção e sua aplicação. Não tenho dúvidas de que, agora, voltamos a ser ponta de lança. Se a intenção de retrocesso e de regulação do governo em aliança com os grandes meios se efetiva, as consequências não serão só para a Argentina, mas também para a região em geral.

**MCC - Na época de sua aprovação, o Relator Especial da ONU para a Liberdade de Expressão comemorou a aprovação da Lei de Meios. Algum organismo internacional já se manifestou em relação à intervenção do novo governo argentino?**

**CO** - Sim, já tivemos muitas manifestações. Destaco uma carta escrita por organizações de países como México, Uruguai, Chile, Guatemala, Colômbia, El Salvador e Brasil. A carta assinala que a concentração midiática conspira contra a democracia e é uma grave barreira ao exercício da liberdade de expressão e ao direito à informação, por representar um obstáculo à diversidade de meios e à pluralidade de ideias e informações. São organizações que expressaram sua preocupação com os níveis de concentração midiática na região, que tem consciência da necessidade de uma comunicação democrática. Estamos em diálogo, em busca de apoio, pois os monopólios e oligopólios conspiram contra as democracias de diversos países, e não há democracia sustentável se não se pode exercer o direito humano à comunicação. A democracia respira através deste direito, por isso é fundamental não retroceder.

# Em disputa, TV digital pode sofrer xeque-mate das corporações

Com a promessa de promover a inclusão social e democratizar o acesso à informação, modelo está ameaçado e corre risco frente ao *lobby* do setor privado e omissão do governo.

Por Felipe Bianchi

A transição da TV analógica para a digital consiste em uma intensa disputa que se arrasta desde 2006 e coloca em jogo a política brasileira em relação à tecnologia e à comunicação. Mesmo com o país tendo optado por um modelo de digitalização que priorizou a alta definição e, assim, impossibilitou a real democratização do setor, os embates com os radiodifusores continuam. De um lado, os princípios da inclusão social e da democratização da informação, presentes no decreto 5.820, que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) no país, durante o governo Lula. De outro, o *lobby* do setor privado, cada vez mais forte, para fazer valer seus desejos sobre um eminente avanço.

O palco da disputa é o Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (GIRED), formado por representantes do Executivo, do setor da radiodifusão e das telecomunicações, e que tem cumprido papel decisivo para que a balança da digitalização penda para o lado do poder econômico. Entre as tarefas do GIRED, está a de definir qual o modelo de conversor que será distribuído à população carente para que o processo de digitalização possa ser concluído e o sinal analógico, desligado. E é este modelo de conversor - que será pago pelas empresas, como parte do acordo firmado para a exploração

do espectro que será liberado com a digitalização - que está no centro da controvérsia do momento.

Prevista no SBTVD, a interatividade pode assegurar o acesso de milhões de brasileiros a serviços básicos a partir do controle remoto, criando uma chance real de democratizar o acesso à informação. Dentre esses serviços básicos, a possibilidade de o cidadão agendar consultas no Sistema Único de Saúde ou acessar benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Tudo isso seria feito por meio de aplicativos e do *middleware* brasileiro Ginga - espécie de sistema operacional para a TV digital, desenvolvido em código aberto e capaz de promover a inclusão digital por meio da digitalização da TV.

Mas, na balança dos interesses, a democratização do acesso à informação tem sido atropelada pela iniciativa privada, sem que o governo reaja firmemente. Visando reduzir seus custos, o setor privado tem se esforçado para 'matar' o Ginga e seus aplicativos e, consequentemente, a interatividade na TV Digital. De acordo com o Superintendente Executivo de Relacionamento da EBC, André Barbosa Filho, as teles tem forçado a adoção do Zapper, um modelo de conversor sem aplicativos embarcados. Foi esse, por exemplo, o dispositivo distribuído em Rio Verde (GO), onde a migração do analógico

para o digital já foi concluída. Para Brasília, próxima cidade a desligar o sinal analógico, o plano dos empresários é repetir a operação.

Além de beneficiar as empresas, preferir o Ginga afeta o desenvolvimento de aplicativos para a TV Digital pela própria EBC, como o projeto Brasil 4D. O Ministério da Cultura também elaborou, usando o Ginga, o aplicativo *Quero ver cultura*, que oferece filmes nacionais por meio do conversor. Já o Ministério do Desenvolvimento Social aposta em uma ferramenta para consultar o FGTS. Sem a interatividade nos conversores, nada disso poderá ser acessado pelo cidadão.

O número de beneficiários do Bolsa Família que receberão o conversor também caiu de 14 milhões para 5.800 milhões, uma redução na casa dos 60%. Se somados todos os cadastrados em programas sociais do governo (Cadastro Único), o número de famílias que receberão o conversor sobe para 10.300 milhões. Mas o desafio é garantir que todas recebam o modelo com interatividade.

Segundo Evelin Maciel, integrante do GIRED, vice-presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e coordenadora de Rede Legislativa de Rádio e TV, o setor privado está fazendo o que quer no espaço. "Há um claro descumprimento do que foi assumido em edital. Argumentar



Lançamento dos canais do Executivo na TV digital



Entrega de conversores em Rio Verde: sem interatividade

que o dólar impede a aquisição dos conversores com interatividade é inválido. As empresas que se comprometeram com o edital sabiam desse risco”, afirma. Para ela, apenas os interesses das empresas são pautados nas reuniões do GIREL. “Não há espaço para o interesse público. As únicas vozes ligadas a emissoras não-comerciais, por exemplo, sequer têm direito a voto”, critica.

À frente do Ministério das Comunicações entre 2014 e 2015, Ricardo Berzoini reafirmou que a opção por conversores com interatividade era fundamental para a inclusão social. À época, o cronograma oficial ainda previa o *switch-off* em todo o país para 2018. Agora, ele ocorrerá neste prazo somente nas capitais e em regiões ricas, conforme novo cronograma imposto pelo GIREL. Para o resto do país, que não desperta interesse comercial, o teto foi alargado para 2023. Atualmente à frente da pasta, o novo ministro André Figueiredo não tem esboçado reação frente às graves alterações no projeto.

A promessa da EBC de lutar pelo Ginga, no entanto, é um alento. Frente ao temor de um retrocesso definitivo, pode ser a última cartada para garantir interatividade e os avanços prometidos na TV digital brasileira. Nesse tabuleiro, a pressão da sociedade e os espasmos de vontade política são as únicas peças que podem evitar um xeque-mate das corporações.

### Disputa também nos canais públicos

O decreto que instituiu a TV digital previu quatro novos canais públicos para a TV aberta: o Canal da Cidadania (para os canais comunitários), o Canal da Educação, o da Cultura e um canal

para o Poder Executivo. O governo federal, entretanto, escolheu outro caminho e colocou em operação na TV digital novos canais estatais. Já estão sendo transmitidos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, a NBR (canal dos atos e ações do governo federal), a TV Escola (do MEC) e o Canal Saúde (da Fiocruz). Sem dúvida a população terá acesso a novos conteúdos e receberá uma programação de qualidade feita pelos ministérios. Porém, estes não podem ser considerados os canais públicos previstos no decreto da TV Digital. Enquanto o Planalto insiste na ampliação do discurso governamental, fica clara a ausência de projeto para a comunicação pública brasileira.

## **Operadoras em ofensiva para desregulamentar o setor**

Teles querem acabar com concessões de telefonia fixa e flexibilizar obrigações em vigor. Por trás da mudança, está o objetivo de só lucrar com a exploração das redes para Internet.

*Por Jonas Valente*

A Lei Geral de Telecomunicações (LGT) foi aprovada em 1997 com o objetivo de abrir caminho para a privatização do Sistema Telebrás. Ela dividiu os serviços em dois regimes de prestação: público e privado. O primeiro, prestado sob concessão, possui metas de universalização, controle de tarifas, obrigações de qualidade, continuidade e reversibilidade dos bens (devolução da estrutura do sistema privatizado ao fim do contrato de concessão, para garantir a continuidade do serviço). Segundo a LGT, o regime público deve ser adotado para serviços considerados essenciais - desde aquela época, somente a telefonia fixa. O segundo traz bem menos obrigações. Prestado via autorização, libera operadoras para atuarem com muito mais liberdade no mercado e hoje disciplina as demais atividades do setor, como telefonia móvel e acesso à Internet.

O movimento para reduzir as já ínfimas obrigações estabelecidas é uma pauta histórica das operadoras. No ano passado, entretanto, a pressão ganhou eco no governo e assumiu ares de ameaça ao interesse público. Em novembro, o Ministério das Comunicações abriu uma consulta pública para reformar a LGT, com apenas 45 dias para receber contribuições.

Apesar da consulta, temendo a conjuntura turbulenta do Congresso, as operadoras mudaram de ideia e passaram a defender que é possível flexibilizar as regras sem qualquer alteração na Lei. Elas alegam que a população não tem mais interesse na telefonia fixa e, por isso, o ideal seria acabar com a figura das concessões. A Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) chegou a lançar um manifesto com nove pontos para o que chama de um “marco regulatório mais atrativo” para os investimentos que, acredita, poderia ser adotado por simples decisão do governo e da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Entre eles estão a “sensível redução das obrigações” no Plano Geral de Metas de Universalização e nos novos contratos de concessão de telefonia fixa; fim do regime público com a adoção somente do regime privado para novos serviços; uso dos recursos do FUST em serviços sob regime privado (hoje são liberados somente para os prestados em regime público); incentivos públicos para áreas de baixa renda onde não há interesse de mercado; e mudança na interpretação do conceito de “bens reversíveis”. Na prática, esta mudança livraria as empresas de devolver esses bens ao Estado

(estimados em cerca de 100 bilhões de reais) ou de indenizar o erário por ficarem com esses recursos.

Curiosamente ou não, o conselheiro Igor de Freitas, da Anatel, apresentou este ano uma proposta ao pleno da Agência atendendo exatamente a esses interesses das empresas. Segundo Freitas, as concessões de telefonia fixa (e as obrigações que vêm junto com ela, como a instalação de orelhões) poderiam ficar restritas às áreas onde não há oferta de outra forma de comunicação. No restante - a quase totalidade dos municípios -, as operadoras não precisariam mais alcançar metas de universalização ou garantir a continuidade do serviço. Seria feito um cálculo dos bens reversíveis e as operadoras, para ficarem com esta infraestrutura, compensariam o Estado com investimentos em novos projetos próprios. A lei do mercado passaria a reinar sozinha e, nos lugares sem interesse econômico, o governo garantiria investimentos via FUST.

Na avaliação da advogada Flávia Lefèvre, da Proteste e do Comitê Gestor da Internet, a lógica das operadoras de reduzir obrigações e atender áreas com deficiência por meio de desonerações ou incentivos públicos não funciona,



Anatel (Igor de Freitas) e Telebrasil (Eduardo Levy): sintonia de propostas pra mudar a LGT

como já foi mostrado em estudos do CGI. “O regime privado é altamente benéfico para as operadoras de serviço, porém, é extremamente limitador para o poder regulatório por parte do Poder Público e um empecilho para a democratização das telecomunicações, especialmente dos serviços de dados”, afirma.

Marcos Dantas, professor da UFRJ e pesquisador do tema, concorda: “A cada fim de ciclo [das concessões] - 10, 15, 20 anos -, o Estado deve estar em condições de retomar o controle da infraestrutura disponível, avaliar o cenário econômico, político, inclusive geopolítico, e redefinir o projeto para o ciclo seguinte”.

### Internet: o verdadeiro interesse em disputa

O debate em curso no governo e na Anatel trata de mudanças nas obrigações da telefonia fixa, mas, na verdade, o foco do interesse das operadoras é o modelo de prestação

dos serviços de acesso à Internet. Em primeiro lugar, porque há uma disputa quanto ao enquadramento ou não desta atividade dentro do regime público, já que o Marco Civil da Internet considera o acesso à rede como essencial e a própria LGT aponta neste sentido - algo que as empresas rejeitam.

Em segundo, porque parte considerável das redes, inicialmente apenas de telefonia fixa, passou a abrigar também redes de dados, para o acesso à Internet. As operadoras não querem devolver essas redes e, muito menos, pagar de volta ao Estado pelo patrimônio gigantesco que era do Sistema Telebrás e agora está em suas mãos.

Em meio a essa disputa, entidades da sociedade civil lutam para barrar a ofensiva de acabar com o regime público, porque sabem das consequências desta medida para a universalização da Internet no Brasil. “Usar as mudanças que ocorreram na telefonia fixa para

justificar o fim das concessões nas telecomunicações em geral resultará, em última instância, em acabar com a possibilidade da prestação do serviço de Internet no regime público, com metas de universalização, qualidade, controle de tarifas e exigência de continuidade”, alerta Veridiana Alimonti, do Intervozes. “A proposta do conselheiro da Anatel atende exatamente ao que querem as operadoras - não mudar a LGT, interpretá-la de maneira bastante problemática e desprezar toda a discussão da consulta pública. O governo tem que ter responsabilidade com os processos que inicia. Não pode atropelar assim decisões tão relevantes à garantia de direitos da população”, conclui.

Para conhecer a proposta das entidades para a universalização da Internet: [campanhabandalarga.redelivre.org.br](http://campanhabandalarga.redelivre.org.br)

# FNDC articula novas frentes, amplia base e atinge filiação recorde

Gestão que encerra atividades em abril manteve pressão sobre governo federal e esteve à frente de inúmeras mobilizações pelo país. Desafio é capilarizar ainda mais a luta.

Por Elizângela Araújo

Se nos últimos dois anos as forças conservadoras ampliaram suas vozes e ganharam as ruas, os movimentos sociais também se rearticularam em busca de unidade e organizaram novas frentes de atuação. Nesse contexto, a gestão do FNDC que se encerra em abril/16 procurou consolidar a entidade como ator político de referência na luta pelo direito à comunicação e à liberdade de expressão, viabilizando uma luta política suprapartidária e plural em prol de um novo marco regulatório para as comunicações.

Ao construir estratégias ampliadas de luta com outros setores populares, como a Frente Brasil Popular (FPB), e participar

ativamente da campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político, o FNDC construiu pontes que permitiram ampliar a visibilidade de seu mais importante instrumento de luta: o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática.

No início de 2015, a campanha da Lei da Mídia Democrática ganhou reforço com a modernização do site e o lançamento da plataforma de assinaturas online. Resultado da articulação do Fórum, entidades como CUT e o Conselho Federal de Serviço Social promoveram coleta de

assinaturas para o projeto em seus congressos nacionais, assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). De forma permanente, organizações e ativistas de todo o país têm se engajado na coleta de assinaturas, mas o esforço precisa ser redobrado para que a iniciativa tenha sucesso.

Rosane Bertotti, coordenadora-geral do Fórum, lembra que o FNDC sempre foi um articulador e que nunca pretendeu ser um ator isolado. “Nesse aspecto, estabelecemos diálogo com as mais diversas entidades e colocamos a democratização da comunicação no



centro da luta de vários segmentos”. Renata Mielli, secretária-geral do FNDC, acrescenta: “consequimos reforçar a compreensão de que não existe democracia numa sociedade em que o setor de comunicação é monopolizado”.

A organização do 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), em abril de 2015, foi outra iniciativa marcante na trajetória da entidade, que este ano completa 25 anos. O Encontro reuniu mais de 700 ativistas de todas as regiões do país e se consolidou como o maior evento temático deste campo desde a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). As duas últimas edições da Semana Nacional pela Democratização da Comunicação também mobilizaram dezenas de entidades em treze estados do país, em 2014 e 2015.

O fortalecimento da comunicação pública e de veículos comunitários e alternativos também integrou a pauta da entidade nos últimos anos. O FNDC apoiou a organização do Fórum Brasil de Comunicação Pública, realizado em novembro de 2014 pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e

o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom). No ano passado, como membro da coordenação da Frentecom, o FNDC participou da organização do seminário “Um ano do Fórum Brasil de Comunicação Pública”.

Ainda nesse campo, destaca-se a contribuição do FNDC na organização do Seminário Modelo Institucional da EBC, realizado em agosto de 2015, que teve como eixos de debate a autonomia da empresa e suas emissoras em relação ao Governo Federal, a participação da sociedade civil na comunicação pública, formas de sustentabilidade, e o modelo de financiamento e produção de conteúdos da EBC. Rosane Bertotti, que também integra o Conselho Curador da EBC, avalia que, além do financiamento, o grande desafio do setor é consolidar o caráter público - e não governamental - da comunicação, tema que, inclusive, esteve no centro das greves dos trabalhadores da empresa em 2014 e 2015, ambas apoiadas pelo Fórum.

Na luta contra o monopólio, o FNDC articulou em todo o país as ações em descomemoração

dos 50 anos da Globo, em abril de 2015. E subscreveu a representação contra 33 deputados federais e oito senadores concessionários de rádio e TV apresentada ao Ministério Público Federal, em novembro do ano passado. O fim das concessões para políticos é um dos pontos da agenda de curto prazo, cuja implantação independe de um novo marco regulatório, apresentada pelo Fórum ao governo federal em uma série de audiências com ministros.

A defesa das garantias individuais e coletivas frente aos abusos da mídia - como as tentativas de acabar com a classificação indicativa e com a lei do direito de resposta - e práticas de violação de direitos humanos e discurso de ódio nos meios de comunicação também foram pontos importantes da atuação do Fórum nos últimos dois anos.

No campo da Internet, o Fórum tem se mantido engajado no debate sobre a regulamentação do Marco Civil e atuado contra projetos de lei e iniciativas que ameaçam suas conquistas, como a neutralidade de rede, a liberdade de expressão e a privacidade na Internet.

### Janeiro 2015

FNDC discute novo marco regulatório com o então ministro das Comunicações Ricardo Berzoini e cobra diálogo entre governo e sociedade.

### Março 2015

- FNDC participa do Fórum Social Mundial e do 4º Fórum Mundial de Mídia Livre, na Tunísia;
- Comitês regionais realizam encontros preparatórios ao 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação.



### Dezembro 2014

Mobilizações em Brasília, Rio de Janeiro e Recife marcam os cinco anos de realização da I Confecom e cobram implementação das resoluções aprovadas na conferência.



### Fevereiro 2015

Lei da Mídia Democrática ganha plataforma de adesão online.

### Abril 2015

- 2º ENDC reúne 700 ativistas e aprova a Carta de Belo Horizonte, que reafirma a luta pela democratização da comunicação como pauta dos movimentos e cobra a regulação dos meios;
  - Atos descomemoram os 50 anos da Globo em 7 estados;
- Organizações lançam carta à Presidente Dilma rechaçando possível acordo entre Brasil e Facebook para implementação do Internet.org no país.

## Diálogo e pressão sobre o governo federal

Em 2014, durante a campanha eleitoral, o Fórum entregou aos então candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff, Marina Silva, Luciana Genro e Eduardo Jorge a “Carta Compromisso por uma Comunicação Democrática”. Assinado por dezenas de entidades filiadas, o documento continha propostas para a democratização da comunicação em âmbito nacional e estadual. Comitês do Fórum em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal também entregaram propostas a diversos candidatos/as a deputado, senador e governador.

Passadas as eleições, a Coordenação Executiva do FNDC realizou audiências com a nova gestão do governo federal, cobrando medidas de avanço rumo a um novo marco regulatório para as comunicações. O diálogo envolveu o então ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini; da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Edinho Silva; da Cultura, Juca Ferreira; e da então

Secretaria Geral da Presidência, Miguel Rosseto.

Em todas as ocasiões, a entidade apresentou suas pautas e reivindicou a instalação do processo de construção de um novo marco regulatório para as comunicações, além de ações imediatas que, na avaliação do Fórum, já poderiam ser executadas pelo governo federal: proibição de outorgas para deputados e senadores; combate aos arrendamentos da programação e às subconcessões de emissoras; garantia do respeito aos limites à concentração de propriedade; enfrentamento ao livre mercado de compra e venda de outorgas; responsabilização das emissoras por violações de direitos humanos na programação; fortalecimento da comunicação pública; fim da criminalização das rádios comunitárias e universalização do acesso à banda larga.

Orlando Guilhon, secretário de Organização do Fórum, destaca essa atuação institucional como um dos principais pontos positivos dessa gestão. “Resgatamos essa construção institucional sem deixar de lado a

relação com os movimentos sociais”, afirma. Rogério Oliveira, secretário de Finanças do Fórum, também vê a articulação do Fórum junto ao Executivo e ao Legislativo como ponto forte dessa gestão. “O desafio, a partir de agora, é justamente convencer os políticos de que a democratização da comunicação é uma pauta urgente, necessária, inclusive, para a manutenção da própria democracia”, afirma.

## Campanha de filiação: adesão recorde

A bem-sucedida campanha de filiação, lançada em janeiro deste ano, evidencia o protagonismo do Fórum na agenda nacional em prol de outra comunicação no país. “Em menos de dois meses, praticamente dobramos de tamanho. Isso é muito significativo, ainda mais num período de difícil articulação para os movimentos sociais”, avalia a secretária de Comunicação do Fórum, Bia Barbosa. Agora, o FNDC é formado por mais de 500 entidades, sendo 70 nacionais e cerca de 450 regionais.

### Maio 2015

FNDC se reúne com ministro Miguel Rosseto e propõe mesa de diálogo permanente sobre a agenda das comunicações.



### Julho 2015

- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) recolhe cerca de 800 assinaturas de apoio à Lei da Mídia Democrática durante seu 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS;
- Parlamentares e entidades da sociedade civil pedem ao STF anulação de nova composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

### Setembro 2015

- Comitê Mineiro reporta concentração da mídia no Brasil à OEA;
- Frente Brasil Popular é lançada em Belo Horizonte com manifesto que reivindica reformas estruturais, entre elas a democratização da comunicação.



### Junho 2015

FNDC realiza audiência com ministro Juca Ferreira, da Cultura.



### Agosto 2015

- Seminário discute modelo institucional da EBC;
- Movimentos sociais cobram democratização da comunicação à presidenta Dilma Rousseff em evento no Palácio do Planalto.

### Outubro 2015

- Semana Nacional pela Democratização da Comunicação promove atividades em 13 estados, com coleta de assinaturas pela Lei da Mídia Democrática;
- FNDC promove diálogo “A participação social e a eleição do Conselho Curador da EBC”.

Sindicatos, federações, confederações e centrais de trabalhadores, associações profissionais e de rádios comunitárias, movimentos de mulheres e de estudantes e coletivos artísticos e culturais, entre vários outros segmentos sociais, se somaram formalmente à luta pela democratização da comunicação. As que se filiaram dentro do prazo estão aptas a participar da XIX Plenária Nacional com direito a voz e voto. A campanha de filiação, no entanto, é permanente e continua marcando presença principalmente nas redes sociais do Fórum.

Criado para facilitar a aproximação com novas entidades nacionais e regionais, o sistema de filiação também possibilitou o cadastramento de todas as organizações que já integravam o FNDC e melhorou a gestão financeira da entidade.

## Desafios

Manter os comitês regionais vivos e organizar um conjunto diverso e capilarizado para a luta pela

democratização da comunicação compõem o rol de desafios que a entidade enumera para o próximo período. “Precisaremos de muita mobilização se quisermos resultados concretos”, avalia Bia Barbosa. Everaldo Monteiro, secretário de Formação do Fórum, também acredita que o principal desafio da entidade para o próximo período é fortalecer a atuação de sua base. “O FNDC hoje é muito maior. Nós, da Fitert, não só percebemos esse desafio como desejamos fortalecer nossa atuação dentro do Fórum”, diz.

Para Renata Mielli, além dos desafios históricos de denunciar monopólios e seguir firme na busca de um novo marco regulatório, o Fórum também deverá avançar na luta específica do campo das telecomunicações. “A internet ainda é um ambiente relativamente plural e diverso, mas que também está se transformando em espaço de oligopólios. Precisaremos ampliar o diálogo com outras organizações para aumentar o protagonismo da sociedade brasileira em torno da defesa de uma internet democrática”, conclui.

## Concurso abre comemorações dos 25 anos do FNDC

Fundado em julho de 1991, o FNDC completa 25 anos de luta em 2016. Para marcar a data, está sendo planejada uma série de ações e atividades de celebração, como o lançamento de um vídeo e a realização de uma exposição fotográfica. A primeira iniciativa será o lançamento, durante a XIX Plenária Nacional, de um concurso cultural para criação de um selo comemorativo, que comporá a identidade visual das publicações e peças de divulgação da entidade durante o ano de aniversário. Fique de olho no site do FNDC e participe: [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)

## Fonte de informação

Como consequência de seu crescimento, o Fórum tem ampliado sua audiência na internet, registrando uma média mensal de 17 mil acessos em seu site. Nas redes sociais, os números também são expressivos. Houve crescimento de 65% no número de curtidas na página no Facebook (mais de 12 mil) e na página da campanha Para Expressar a Liberdade (14 mil curtidas). A Revista MídiaComDemocracia contou com três edições nos últimos dois anos, com tiragem média de cinco mil exemplares.

## Novembro 2015

- FNDC participa do Seminário Internacional sobre o Papel Social das Comunicações e Fortalecimento da Liberdade de Expressão e do 10º Fórum de Governança da Internet (IGF), em João Pessoa/PB;
- Reunião do Conselho Deliberativo começa com debate sobre discurso de ódio, regulação e democracia na mídia;
- FNDC é um dos signatários da representação ao Ministério Público Federal contra deputados e senadores donos de emissoras de rádio e TV.



## Janeiro 2016

- FNDC lança sistema de filiação e cadastramento online;
- Fórum participa de audiência pública sobre modelo de eleição para Conselho Curador da EBC.

## Março 2016

Militância participa das lutas contra o golpe e em defesa da democracia.

## Dezembro 2015

- FNDC lança nota em defesa da democracia e transparência nos veículos da Câmara dos Deputados;
- 15ª Conferência Nacional de Saúde defende o direito à comunicação e à informação;
- FrenteCom promove seminário "Um ano do Fórum Brasil de Comunicação Pública".



## Fevereiro 2016

FNDC lança nota "Em defesa da autonomia da EBC e da comunicação pública brasileira".



# Minas sedia 5º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais

#MenosÓdioMaisDemocracia é o tema do evento, que acontece nos dias 20, 21 e 22 de maio, em Belo Horizonte.

Por Felipe Bianchi

Belo Horizonte será a sede do 5º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais. A programação conta com debates sobre iniciativas para democratizar a comunicação e a cultura no Brasil, as forças políticas que atuam nessa disputa e a luta pela democracia de um modo geral. Além das mesas, estão previstas dezenas de rodas de conversa sobre pautas diversas que têm a mídia como fator transversal.

Mais de 20 entidades do movimento social, nacionais e mineiras estão envolvidas na mobilização para o #5BlogProg, segundo Aparecido Araújo Lima. Integrante da Comissão Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais, ele aposta em um encontro que reúna amplos setores da sociedade para discutir o papel dos monopólios e os desafios das mídias alternativas no embate que coloca em xeque o Estado Democrático de Direito no Brasil.

“O mote:

## #MaisÓdioMenosDemocracia

é providencial”, opina. “Há um movimento golpista em curso, cujas principais características são o ódio e a intolerância”. A quinta reunião nacional do movimento é, em sua opinião, a oportunidade ideal para articular a resistência e a ação

nas redes, nas ruas e nas mídias alternativas em geral.

“Há uma clara escalada do fascismo na sociedade brasileira, insuflada, em grande dose, pelo papel partidarizado e cada vez mais radical desempenhado pela mídia”, argumenta Altamiro Borges. Presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Miro avalia que é preciso somar forças para derrotar o golpismo não somente nas ruas, mas também fazendo um contraponto sólido à desinformação propagada pelos meios hegemônicos.

“O lema do movimento de blogueiros, que reúne gente de tudo quanto é movimento e partido, sempre foi construir unidade na diversidade. A proposta agora é imperativa, não só para lutar contra o monopólio midiático mas para enfrentar o risco de um grave retrocesso, que seria a ruptura da ordem democrática”, avalia.

## De ‘grilo falante’ à judicialização da censura

O movimento de blogueiros ganhou musculatura desde sua primeira edição, realizada em São Paulo, em 2010. Comparados ao personagem do “grilo falante”, por gerar incômodo

nos grandes meios, os ativistas digitais se tornaram obstáculos à rotina de manipulações até então raramente contestadas.

O caso da bolinha de papel atirada contra o então presidente José Serra é emblemático. A cena, dramatizada pelo candidato tucano, foi desmascarada por blogueiros, que transformaram o episódio em comédia - ao contrário da narrativa dos grandes meios que mostraram o fato como uma agressão de adversários políticos.

Passados seis anos e mais três encontros nacionais (Brasília/2011, Salvador/2012 e São Paulo/2014), o quadro da blogosfera é distinto. Representantes de empresas como o Grupo Globo passaram a perseguir e intimidar blogueiros e jornalistas de meios alternativos com processos judiciais - o que Altamiro Borges chama de ‘judicialização da censura’. O encontro será importante para enfrentar este quadro.





Crédito:  
Acervo  
Pessoal

## Vito Giannotti vive, na luta e nos afetos

A morte do ítalo-carioca Vito Giannotti, em 24 de julho passado, causou grande comoção entre militantes que estiveram com ele na luta de classes, ao lado dos oprimidos; que o conheceram em palestras e cursos; que militaram no movimento sindical ou trabalharam no Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), um centro de formação e promoção da comunicação popular.

Em todas as homenagens feitas a ele, está presente a lembrança de sua personalidade marcante. Vito é descrito como a encarnação da famosa frase de Che Guevara: é preciso endurecer, sem jamais perder a ternura.

Ele tinha a ira santa que move as pessoas realmente comprometidas em mudar o mundo. Era aquele lutador que não via diferença entre lutar e viver. Cultivava uma alegria revolucionária. Apesar do sotaque italiano forte, que denunciava seu nascimento em Lucca, região da Toscana, sentia-se, dizia-se e realmente era um brasileiro. Preocupava-se com o destino do nosso povo. Foi aqui que aprofundou sua luta -

iniciada com um grupo de padres operários na França e em Israel -, primeiro como pescador, depois operário metalúrgico e, por fim, comunicador, escritor e educador.

Vito era direto, fazia questão de ser entendido por todos, principalmente por aqueles que não passaram muito tempo nos bancos escolares. Foi com esse princípio que criou, junto com sua companheira Claudia Santiago, o Núcleo Piratininga e a livraria Antonio Gramsci, ambos no histórico bairro da Cinelândia, no Rio de Janeiro. Vito falava muito, mas sabia ouvir como ninguém. E ouvi-lo falar era sair fortalecido e também convicto da necessidade de mudar.

Impossível não sentir alguma forma de estímulo à ação depois de um contato com ele, alguém eletrizante e apaixonante. No dia-a-dia, muitos palavrões. Mas também muito afeto, carinho, delicadeza. Vito Giannotti ensinou que a comunicação vai além do jornal. A comunicação se materializa no afeto, no amor, nos sorrisos gratuitos e nos abraços apertados. Não à toa, não se limitou a organizar o jornal *Brasil de Fato*, mas também o distribuía semanalmente, na praça Saens Peña.

Vito Giannotti continua vivo na militância cotidiana de

milhares de ativistas da luta pela democratização da comunicação em nosso país. Persua determinação na luta, sua simplicidade na atuação e carinho com todos e todas, não será esquecido. Vito foi a radicalização do afeto em sua instância mais solidária.

Uma imagem da canção popular “Bella, ciao”, símbolo da resistência italiana durante a II Guerra Mundial, representa bem a permanência de Vito Giannotti entre nós. A música conta a história de um *partigiano* que vai à luta e pede para que, caso morra, seja sepultado numa montanha, à sombra de uma flor. As flores que nasceram por onde Vito passou, com seu perfume e seus espinhos, permanecem vivas e fortes.

***E as pessoas que passarem dirão: “Que bela flor!”***

*Texto escrito a partir de relatos de companheiras e companheiros de luta e afeto: Camila Marins, Gustavo Gindre, Maria da Conceição Michiyo Koide, Marina Schneider, Olga Telles, Orlando Guilhon, Sheila Jacob e Vitor Menezes. E também com a colaboração da companheira de vida de Vito, Claudia Santiago.*



# O Brasil é maior que qualquer monopólio

Por Luiz Inácio Lula da Silva

“Como jornalista, sem ser brasileiro, mas morando há muito tempo aqui, estou chocado com a mídia. Como a *Globo*, *Veja*, *Estadão* estão tão envolvidos com o movimento contra o governo, defendendo os partidos de oposição. Eles fingem ter imparcialidade, mas agem como a principal ferramenta de propaganda. O controle das organizações de mídia por poucas famílias muito ricas no Brasil é um perigo para a democracia?”

Quem me perguntou isso não foi um ativista político. Não foi nem um brasileiro. Essa pergunta foi feita pelo grande jornalista norte-americano Glenn Greenwald, ganhador do principal prêmio do jornalismo mundial, o Pulitzer, e que revelou os documentos de Edward Snowden para o mundo, um dos mais respeitados profissionais do planeta. E a minha resposta foi simples. É um perigo sim. Como todos estamos vendo.

A imprensa precisa ser livre, democrática. E precisa ser responsável. Tem pleno direito à opinião, mas separando a opinião dos fatos. Respeitar os fatos. Não atuar como partido político.

Há mais de 10 anos vemos no Brasil a chamada grande imprensa,

ou imprensa tradicional, propriedade de algumas poucas famílias (Grupo Folha, Estado, Abril, Organizações Globo e RBS) substituindo os partidos políticos de oposição e, muitas vezes, lutando ou sabotando decisões que a população tomou ao votar. Muitas vezes estimulando o ódio ou mesmo pressionando setores do Judiciário.

É ruim para o Brasil e para a democracia que autoridades concursadas, com cargos vitalícios de alta responsabilidade, ao invés de servir ao interesse público e à justiça, sirvam à mídia, vazando documentos para atender aos interesses políticos e comerciais de alguns grupos de comunicação.

Chegaram a inventar que eu seria dono de um apartamento no Guarujá e de um sítio em Atibaia e querem, pela força da repetição da mentira desse monopólio, fazer isso parecer verdade - quando está documentalmente provado que não possuo esses imóveis. Pela mídia, ninguém tem como saber disso, mas em agosto de 2015 eu já entrei na Justiça contra a Globo por ela ter dito que eu seria o dono do tal triplex. Enquanto isso, nenhum órgão da imprensa, em um acordo de cavalheiros, fala quem é o dono da mansão que

ocupa área pública em Paraty. Eles dedicam esforços para tentar destruir a minha imagem, enquanto protegem corruptos notórios. Querem definir tudo: do horário da partida de futebol a quem vencerá as eleições. E não querem seguir regra nenhuma, não querem obedecer nenhuma regulação.

A principal lei que regula as comunicações no Brasil hoje é de 1962. Não havia internet, não havia celular, não havia nem a TV Globo, que foi fundada em 1965. O monopólio que se beneficia da falta de uma regulação moderna a chama de censura. Mas e a censura de tantas vozes que não tem espaço no monopólio de comunicações para expor suas opiniões?

Democracias consolidadas como a Inglaterra e mesmo os Estados Unidos regulam democraticamente as comunicações. Não queremos regras do tempo da ditadura. Defendemos uma regulação democrática, que permita que as comunicações no Brasil não sejam uma herança de um período autoritário, em poucas mãos privadas. Não queremos calar a voz de ninguém. Queremos que muitas vozes sejam ouvidas. Que as vozes do Brasil sejam ouvidas. Isso é fundamental para o avanço da nossa democracia.

**AJUDE A DECIDIR O FUTURO  
DA COMUNICAÇÃO EM NOSSO PAÍS.  
NÃO ACEITE SER TRATADO COMO  
MARIONETE. LUTE PELO SEU DIREITO  
DE ACESSO A POLÍTICAS  
DEMOCRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO.  
FAÇA PARTE DESSA DISCUSSÃO  
E QUESTIONE  
O QUE A MÍDIA PRODUZ.  
ASSOCIE-SE AO FNDC.**



**Dividir a informação é compartilhar poder.  
Se a democracia precisa da mídia, a mídia precisa de democracia!  
Saiba como é importante criar políticas públicas de  
comunicação no País. Venha fazer parte deste Fórum.**

**Mais informações em  
[www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)**





**25** anos em defesa da democracia  
nas comunicações e no Brasil!